

## Anarquismo contemporâneo, pós-anarquismo, neoanarquismo... Para travar neologismos

Tomás Ibáñez.

*Anarquismo es movimiento. Anarquismo, neoanarquismo y postanarquismo.* Barcelona: Virus Editorial, 2014, 151 pp.

### Acácio Augusto

Pesquisador no Nu-Sol e no Projeto Temático FAPESP Ecopolítica. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, Brasil. Publicou, em co-autoria com Edson Passetti, *Anarquismos e Educação*, pela editora Autêntica, e é autor de *Política e Polícia. Cuidados, controles e penalização de jovens*, pela editora Lamparina. Contato: [estadoalterado@yahoo.com.br](mailto:estadoalterado@yahoo.com.br).

A anarquia, como prática e pensamento político de contestação e revolta, e os anarquismos, como movimento político e social, nunca foram passíveis de dissociação. Envolvidos nas lutas de seu tempo e produzindo práticas e interesses diversos, os anarquistas, ao longo da história moderna, jamais se apoiaram em uma autoria que os fundasse e justificasse, como também recusaram a filiação exclusiva a um conjunto de práticas ou a um método de validade universal. Também por isso, encontram-se entre os anarquistas os debates acalorados, as batalhas por verdades e os rompimentos que fazem com que ninguém que esteja

contaminado pelo vírus da anarquia possua um lugar seguro ou superior — ainda que em seu interior não deixe de haver disputas por hegemonias como nos convencionais movimentos de resistências. Até seus intérpretes se vêm em apuros quando decidem produzir sínteses historiográficas ou generalizações filosóficas. Há sempre algo que escapa.

Declarados malditos por sua associação às práticas terroristas no final do século XIX, os anarquismos se transformam e se apresentaram, no começo do século XX, ora como anarcossindicalismo, ora como anarco-individualismo, em um momento em que são vistos como incapazes de

influir nas grandes transformações, uma vez que o movimento operário se encontrava sob forte influência dos partidos socialistas revolucionários creditado ao sucesso da Revolução Russa de 1917.

Não tardou para que a emergência da Revolução Espanhola, em 1936, voltasse a expressar a pujança das práticas libertárias. E novamente, após o massacre promovido pelo fascismo em terras espanholas no ano de 1939, historiadores como George Woodcock vieram a público para declarar a morte do anarquismo. Outros, como James Joll, diriam que no início dos anos 1960 a anarquia ocupava não mais o lugar de uma força político-social capaz de transformação radical, mas o de uma forma de expressão cultural com potencial para alimentar uma constante crítica aos efeitos da modernidade, agindo como uma espécie de corretor radical aos desvios da era das luzes. Essas e outras interpretações da história dos anarquismos perduraram até a eclosão do *acontecimento 1968*, quando novamente as práticas libertárias voltaram a se tornar relevantes para além dos que já estavam envolvidos com elas. Essa curta exposição de acontecimentos pontuais e transformadores é apenas

um limitado panorama do nomadismo próprio do pensamento e práticas anárquicas na história recente.

Hoje, na segunda década do século XXI, já é possível encontrar um volume considerável de escritos, pesquisas e ensaios que apontam para um novo ressurgir transformador dos anarquismos e da anarquia. Cabe questionar em que medida se trata de uma transformação, um ressurgimento ou mesmo uma nova configuração das lutas anárquicas em relação às lutas atuais e contribuições analíticas contemporâneas. O livro de Tomás Ibáñez, *Anarquia es movimiento*, lançado em abril de 2014, é uma dessas produções que se dedicam a problematizar a anarquia contemporânea. Junta-se, assim, a trabalhos como os de Daniel Barret (Rafael Spósito), Oswaldo Escibano, M. Ricardo de Sousa, Ricahard J. F. Day, Saul Newman, David Graeber entre outros, dedicados a expor e pensar os anarquismos no presente em torno das influências e transformações que suas lutas históricas vêm sofrendo e, ao mesmo tempo, influenciando os novíssimos movimentos sociais e o que se convencionou chamar de pensamento pós-estruturalista. Cada um deles chega a resultados diversos, mas que

se encontram por se ocuparem do mesmo problema: a afirmação da anarquia e dos anarquismos hoje.

Ibañez é um anarquista de primeira hora. Filho de um integrante das juventudes libertárias espanholas exilado na França após o domínio das forças políticas ligadas ao general Franco; seguiu sempre atuando nos meios libertários entre a França e a Espanha. Quando ainda era estudante em Paris, fez parte do movimento 22 de março, junto a Daniel Cohn-Bendit e Jean-Pierre Duteuil, tendo participado ativamente nas revoltas do maio de 1968 na França. Em 1973, participou da refundação da CNT, atuando na FIJL (Federação Ibérica das Juventudes Libertárias). Foi professor no Departamento de Psicologia da Universidade Autônoma de Barcelona, onde desenvolveu pesquisas que aproximavam os anarquismos aos estudos e análises de Michel Foucault. Argumenta que a relevância em aproximar Foucault e a anarquia está na possibilidade em atacar os guardiões do templo anarquista, buscando situá-la no debate intelectual contemporâneo. Está, desde 2007, aposentado de suas atividades docentes e dedica-se hoje a escrever livros e artigos sobre anarquia, os anarquismos e o pensamento pós-estruturalista.

Ibañez argumenta que os anarquismos, como movimento e pensamento radical iniciado com Joseph Déjaque e Pierre-Joseph Proudhon, encontra-se hoje em um ressurgimento que é, também, uma renovação. Destaca que esse movimento de ressurgimento-renovação se deu por três acontecimentos surpresas, não esperados: o maio de 1968; o movimento anarquista pós-Franco na Espanha; e o movimento antiglobalização dos anos de 1990. Delimitação que, de saída, denota o caráter eurocentrista de sua leitura, na medida em que se esquece da efervescência anarquista em países latino-americanos após o fim das ditaduras civis-militares, ainda que faça breves referências à produção e atuação anarquistas em países de língua espanhola como a Argentina. Em todo caso, argumenta a “renovação como condição necessária para que o seu ressurgimento [do anarquismo] seja possível, mas, ao mesmo tempo, dado que esse ressurgimento se articula sobre a necessária adaptação a novas condições (...) Isto significa dizer que o ressurgir do anarquismo é condição necessária para que sua renovação seja possível” (p. 49).

O autor apresenta esse ressurgir/renovação em três formas: o

neoanarquismo, o pós-anarquismo e o anarquismo extramuros. Elas seriam favorecidas por mudanças tecnológicas, em especial as NTIC (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) – mudanças sociais e históricas, como o surgimento de movimentos de contestação que não mais remetem às formas tradicionais de luta contra o poder e o capitalismo, mas que apresentam-se como formas contemporâneas de luta contra a dominação e mudanças culturais que favoreceram as práticas e análises dos anarquismos em detrimento das teorias totalizantes, como o marxismo. Em resumo, seu argumento – que justifica um ressurgir do anarquismo – gira em torno do pressuposto de que as transformações do mundo atual favorecem uma forma de luta e de crítica que se encontrava entre os anarquistas.

As definições que o autor emprega para lidar com as formas contemporâneas de anarquismo não são, necessariamente, novas correntes. Argumenta não haver “uma doutrina ou identidade que se reivindique atualmente como neoanarquista, e não tenho o menor interesse em promover uma nova adjetivação – uma mais – para o anarquismo. Recorro a essa expressão como uma

maneira cômoda e provisória para designar esse anarquismo, um pouco diferente, que encontramos nesse começo de século” (p. 24).

A começar pelo que entende como anarquismo extramuros, Ibañez vê uma certa incorporação das práticas anarquistas por parte de grupos e associações envolvidos em lutas sociais diversas. Localiza essa incorporação, ou certa relação com o anarquismo, desde o movimento de maio de 1968, quando uma série de críticas às políticas de dominação se aproximam dos postulados do anarquismo sem, necessariamente, estarem filiados a eles ou citarem seus reconhecidos autores. Segundo sua argumentação, “não é aos escritos de Proudhon ou de Bakunin que eles aderem, mas sim a um determinado imaginário” (p. 29).

Ele vê nesse movimento não apenas um ressurgimento, mas uma renovação das práticas e ideias anarquistas, enriquecendo o que chama de imaginário antiautoritário, e provendo uma troca, ou mesmo uma “mestiçagem” (p. 28), entre o anarquismo e as lutas levadas a cabo por outras tradições de lutas sociais, culturais e políticas. “O que tem sido incorporado nos últimos anos, por exemplo, são as barricadas, as

ocupações e os slogans de Maio de 68 e, depois de 68, uma série de fenômenos, tais com o movimento anarco-punk (que se desenvolveu com força a partir dos anos 1980 e foi um autêntico viveiro de jovens anarquistas), ou como o movimento dos *okupa*, com sua estética e estilo de vida peculiar” (p. 29). Destaca ainda, em relação aos dias atuais, uma série de “lutas contra diversas formas de dominação (que, sem pretender ser exaustivo, vão desde Chiapas em 1994 até a Praça Taksim em 2013, passando por Seattle em 1999, Quebec, Gotemburgo e Gênova em 2001, o acampamento *No Borders* em 2002, o bairro ateniense de Exarchia desde 2008 e ininterruptamente até hoje e Madrid, Barcelona e Nova York em 2011) que vêm revitalizando o atual imaginário anarquista” (p. 29). Dessa maneira, o ressurgir atual do anarquismo passaria pela relação dos anarquistas e suas práticas como movimentos que não são declaradamente anarquistas, mas que se desenvolvem a partir de práticas antiautoritárias como a democracia direta, a horizontalidade e o não reconhecimento de lideranças.

Esse anarquismo extramuros toma forma pelo que Ibañez localiza como neoanarquismo. Este se forma como

produção de um novo “imaginário revolucionário” que abonadona a escatologia de uma revolução redentora característica do anarquismo derivado de Bakunin, para se apresentar como prática constitutiva do presente e crítica ao messianismo revolucionário. Assim, “o conceito de *revolução* é redefinido profundamente desde uma ótica plenamente presentista: segue-se mantendo a ideia de uma *ruptura radical*, mas sem nenhuma perspectiva escatológica. Pelo contrário, nada pode ser proposto para o dia seguinte da revolução, porque esta *não se encontra no porvir*, mas tem apenas o presente como única morada e se produz em cada espaço e cada instante em que se consegue subtrair o sistema” (p. 32). Essa concepção de produção de um presente que seja ele mesmo a forma de vida que se quer produzir encontra-se na própria história dos anarquismos, em autores como Proudhon, Gustav Landauer, Colin Ward e nos individualistas franceses como Émile Armand, que elaboram a anarquia e suas lutas menos como uma visão de mundo e mais como uma forma de vida.

Nos dias atuais, essa concepção que dará corpo ao que o autor nomeia como neoanarquismo está presente tanto no *insurrecionalismo*,

derivado das propostas de Hakim Bey e Alfredo Bonano, quanto no *municipalismo libertário* e/ou *ecologia social* de Murray Bookchin, a despeito das polêmicas e disputas que se dão hoje entre o que se nomeia como *anarquismo social* e *anarquismo como estilo de vida*. Ainda que se apresentem como inconciliáveis, o autor argumenta que ambas se aproximam pela aposta em se construir e experimentar espaços de liberdade no presente, independente do sucesso ou não da revolução no futuro.

Como nos encontros de rua que caracterizam as lutas contemporâneas, essas formas do neoanarquismo partem do pressuposto de que não há futuro, mas apenas o presente no qual se pode experimentar o que se entende como uma vida apartada das formas de dominação e dos processos de subjetivação característicos das contemporâneas formas de exercício do poder. Nesse sentido, ainda que se encontre uma série de grupos e associações que reivindicam o chamado *anarquismo organizado* – herdeiro da proposta platformista dos anarquistas ucranianos e das polêmicas sobre organização levadas adiante por Luigi Fabri e Errico Malatesta no começo do século XX

–, o neoanarquismo se caracteriza pela pluralidade de táticas de encontros e pela multiplicidade das formas de organização. Assim, encontra-se em relação a uma série de lutas radicais do presente e dissemina-se por contágio, segundo a formulação de Christian Ferrer. Ademais, o anarquismo encontra-se em conversação com as formas atuais de pensamento crítico que não se identifica necessariamente com o anarquismo, como os escritos de Gilles Deleuze e Michel Foucault, que não só contribuirão para análises do anarquismo atual como possibilitarão uma terceira forma do anarquismo contemporâneo, o pós-anarquismo.

Ibañez não se esforça em mostrar que existe no pensamento de Foucault uma teoria ou uma formulação analítica que é, ao fim e ao cabo, tributária do pensamento anarquista. Ao contrário, destaca o que nas análises das relações de poder realizadas pelo filósofo francês é possível apreender para uma formulação atual do anarquismo. Argumenta que, “ao mostrar que as relações de poder se forjam no vínculo social e criam incessantemente no próprio tecido social, as pesquisas de Michel Foucault contradizem a crença anarquista na possibilidade

de eliminar radicalmente o poder, obrigando-o a reconsiderar bastante essa problemática” (p. 58). Na leitura de Ibañez, enquanto as práticas do neoanarquismo produziram uma nova inserção social dos anarquismos nas lutas sociais contemporâneas e, por conseguinte, novas práticas anárquicas de luta contra dominação, a vinculação que alguns autores buscarão entre anarquismo e pensamento pós-estruturalista produzirá uma nova formulação teórica para o anarquismo contemporâneo.

O termo pós-anarquismo aparece pela primeira vez em março de 1987, em um texto de Hakim Bey chamado “Anarquia pós-anarquista”. No entanto, as formulações de um anarquismo associado ao pensamento pós-estruturalista que desembocaram no que atualmente se nomeia por pós-anarquismo são localizadas por Ibañez no artigo de Todd May, publicado em 1989, intitulado “É anarquista a teoria política pós-estruturalista?” – resposta que ele mesmo dará no livro de 1994, “A filosofia política do anarquismo pós-estruturalista” (p. 64). Demarcadas essas duas referências, Ibañez apresenta uma produção fundamentalmente anglo-saxã de autores que reivindicam uma teoria pós-anarquista (Lewis Call,

Andrew Koch, Jesse Cohn, entre outros), tendo em Saul Newman seu principal defensor e difusor. A proposta consiste em “uma tentativa de casar os melhores aspectos da filosofia pós-estruturalista e da tradição anarquista” (p. 66). Para Ibañez, o que autores do pós-anarquismo farão será uma revisão crítica dos postulados anarquistas a partir de uma crítica à modernidade e ao caráter libertador da razão, legado pelos pós modernos, e presente no pensamento anarquista clássico.

A proposta consiste em libertar o anarquismo da crença na razão, da centralidade do papel do Estado na luta contra o poder, e da crença de que o anarquismo nutre numa natureza humana corrompida pelo mundo moderno. Será por essa formulação crítica à modernidade que muitos dos autores do pós-anarquismo recorrerão aos escritos de Max Stirner a fim de aproximar anarquismo e pós-estruturalismo, o que levará muitos dos críticos do pós-anarquismo a apontar para o fato de que essa crítica ao sujeito e à modernidade já poderia ter sido encontrada em autores libertários como Proudhon e o próprio Stirner. De toda maneira, Ibañez destaca o mérito dos autores pós-anarquistas

em colocar o anarquismo nos debates acadêmicos contemporâneos, fazendo com que deva se considerar a contribuição histórica dos anarquistas para atuais teorias críticas à dominação derivadas de outras tradições políticas, como o marxismo, ou de lutas e estudos sobre os direitos de minorias, como a teoria *queer* (pp. 76-78). Mesmo assim, Ibañez rechaça o termo pós-anarquismo, argumentando que transformações, revisões e reformulações derivadas das conversações com lutas e teorias diversas são características históricas do anarquismo como movimento.

Concluirá que o anarquismo contemporâneo, como mescla ou mestiçagem do neoanarquismo, anarquismo extramuros e pós-anarquismo é, em conjunto, uma nova política radical que substituirá, em maior ou menor prazo, as políticas radicais herdadas do século XIX, instaurando uma nova perspectiva de transformação radical. Isso já se mostraria pela formação de um novo imaginário revolucionário não mais projetado para o futuro, mas pela constatação de que não há futuro. Assim, os modos de luta devem se apresentar também como modos de vida e serem capazes de produzir transformações

no presente, fazendo com que se viva o mais próximo possível do que se postula como transformação radical. Isso denota o que nomeará como capacidade construtiva do anarquismo contemporâneo, expressa em formas alternativas de habitar, produzir e coexistir entre diversas formas e posicionamentos, mesmo sob a continuidade do Estado e do capitalismo, mas tendo em oposição a eles uma “realidade plural e heterogênea” (p. 89). Assim, “se trata, certamente, de uma nova compreensão que conduz o anarquismo a ter que matizar e, por vezes, reconsiderar em profundidade suas próprias concepções de poder. E isto tem contribuído para sua renovação, mesmo que o peso de suas antigas concepções siga sendo importante” (p. 90). Aponta para um trabalho de esclarecimento crítico que problematize a própria herança iluminista do anarquismo e sua procedência europeia, com influências do cristianismo.

O livro traz ainda três textos anexos nos quais o autor discute longamente, e sem uma necessária referência aos anarquismos, os efeitos contemporâneos da crítica à modernidade e a emergência de uma pós-modernidade (pp. 95-111), as transformações do pensamento



pós estruturalistas (pp. 113-125) e a importância da formulação de um relativismo crítico que, segundo o autor, liberta do pensamento universalista como herança cristã no pensamento moderno (127-142).

Conforme já indicado, o trabalho de Ibañez se filia a uma série de outros que, de maneiras diferentes, objetivam mapear e expor a pertinência e a presença dos anarquismos na política contemporânea. Compartilha com esses trabalhos um certo esforço de convencimento para provar que, de um lado, vivemos um ressurgir das práticas anarquistas em meio às lutas contemporâneas contra dominação, ainda que estas não se nomeiem como anarquistas e, de outro lado, faz um esforço em argumentar que os anarquismos são a única via possível de formulação crítica radical, ainda que passível de revisões à luz das análises e conceitos contemporâneos. Talvez por sua formação como psicólogo, Ibañez demonstra demasiada preocupação em estabelecer o que seria uma identidade anarquista hoje, recorrendo a neologismos como neoanarquismo.

Sua contribuição se faz importante para caracterizar as formas contemporâneas da anarquia, porém, repete velhos métodos ao separar

as práticas (neoanarquismo) das formulações teóricas (pós-anarquismo). Recai, muitas vezes, no mesmo eurocentrismo que criticará no final, ao ignorar uma vasta produção de práticas que podem ser notadas ao sul de equador, inclusive de aproximações inventivas entre anarquia e as análises de Foucault e Deleuze, sem a necessidade de fundação de uma nova escola teórica, ou de uma nova corrente anarquista, como é possível notar, desde o início dos anos 1990, em trabalhos como os de Edson Passetti e Margareth Rago.

Se anarquismo é movimento, a transformação é a própria condição de sua existência. E são muitas as experiências, às vezes desconhecidas, às vezes imperceptíveis, que a anarquia possibilita. E estas não são nem intra, nem extramuros, nem pré, nem pós, nem neoanarquistas. A anarquia é uma atitude de afronta à autoridade e aos poderes constituídos onde quer que se apresentem. A potência da anarquia está em formular questões, em criar problemas. A partir do momento em que ela for vista ou apresentada como solução, seja para movimentos, seja para teorias, perderá sua potência revoltada, se transformará em abrigo seguro. Anarquia é combate!

Se há alguma necessidade em analisar e mapear o que somos, no que nos tornamos, é precisamente para colocarmos contra o que somos.

Nada de novo nessa batalha que é a vida, finita e única experiência de cada um.